

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Belo do Sul, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Guilherme Back Locks, doravante designado **COMPROMITENTE** e o MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 01.599.409/0001-39, situado na Rua João Vieira de Oliveira, s/n, centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Tito Pereira Freitas, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00005133-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais os interesses coletivos relacionados à tutela do patrimônio público e a correta aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas, conforme dispõem o art. 127, "*caput*", e o art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição da República estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a observância de tais princípios, além de obrigação da Administração Pública, é direito difuso de toda a coletividade;

CONSIDERANDO que é direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que a Portaria de Consolidação n. 5, de 28 de setembro de 2017, em seu anexo XX dispõe sobre o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (art. 129);

CONSIDERANDO que "toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água" (artigo 3º do anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5);

CONSIDERANDO que "toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independentemente da forma de acesso da população, está sujeita à vigilância da qualidade da água" (artigo 4º do anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde não opera a vigilância da qualidade da água somente por intermédio das análises de amostras de água, embora seja a principal providência, nos moldes do inciso VIII do artigo 12 do anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde "-inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, notificando seus respectivos responsáveis para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s)" (artigo 12, inciso III, do anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5);

CONSIDERANDO que é disponibilizado, mensalmente, número de amostrar para cada município por meio dos laboratórios da rede LACEN, permitindo-se a análise das amostras de água coletadas por parte das Vigilâncias Sanitárias Municipais;

CONSIDERANDO as irregularidades noticiadas pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor que indicam que o município de Capão Alto não realiza em sua integralidade o acompanhamento da qualidade da água na forma do artigo 12 do anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5/2017;

CONSIDERANDO que o Município de Capão Alto manifestou a intenção de celebrar o presente acordo;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

Cláusula 1ª - DO OBJETO: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as irregularidades acerca da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade no Município de Capão Alto;

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª - o COMPROMISSÁRIO compromete-se a, por meio do Serviço de Vigilância Sanitária, em até 60 (sessenta) dias, exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano (artigo 12, inciso I, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5), bem como, no mesmo prazo (60 dias);

Parágrafo primeiro: inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva (artigo 12, inciso III, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo segundo: alimentar e manter atualizado (mensalmente), com os dados do controle (SAA e SAC) e da vigilância (SAA¹, SAC², e SAI³), o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade de Água (SISAGUA)⁴;

Parágrafo terceiro: identificar e cadastrar o responsável técnico habilitado para cada sistema ou solução alternativa coletiva (artigo 23, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo quarto: cadastrar e autorizar o fornecimento de água tratada, por meio de solução alternativa coletiva, mediante avaliação e aprovação dos documentos exigidos no artigo 14 (artigo 12, inciso X, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5), e onde houver rede de distribuição, autorizando apenas em situação de emergência e intermitência (artigo 12, parágrafo único, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo quinto: estabelecer estratégia de junto aos responsáveis pelas SACs, no tocante à implantação de sistema de desinfecção com a devida

¹ SAA: Sistema de abastecimento de água.

² SAC: Solução Alternativa Coletiva.

³ SAI: Solução Alternativa Individual

⁴ Caso o município não tenha técnico capacitado, providenciar a mencionada capacitação, a fim de permitir a alimentação do SISAGUA periodicamente.

identificação de seu responsável técnico e implementação do controle da qualidade;

Parágrafo sexto: avaliar e aprovar o Plano de Amostragem elaborado pelos responsáveis pelos sistemas ou soluções alternativas coletivas – controle (artigo 41, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5), analisando as solicitações de alteração na frequência mínima, se houver (artigo 45, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo sétimo: sistematizar e interpretar, mensalmente, os relatórios do controle enviados pelos responsáveis pelo abastecimento coletivo de água, verificando o atendimento ao Padrão de Potabilidade e o cumprimento do Plano de Amostragem, conforme especificado nos capítulos V e VI do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5;

Parágrafo oitavo: notificar os responsáveis pelos sistemas ou soluções alternativas coletivas para sanar as irregularidades identificadas, diante de não conformidades constatadas após inspeção realizada e/ou análise dos relatórios do controle e do monitoramento realizado pela vigilância (artigo 12, III, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo nono: elaborar o Plano de Amostragem para o monitoramento da água a ser realizado pela Vigilância Sanitária Municipal, considerando os pontos de coleta, parâmetros, número e frequência das amostras, segundo Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância em Saúde Ambiental e/ou definido pelo VIGIAGUA/SC;

Parágrafo décimo: realizar a coleta de amostras de água e enviar aos laboratórios de referência (rede LACEN) utilizados para realização das análises de qualidade da água;

Parágrafo décimo primeiro: realizar a coleta e a análise do parâmetro cloro residual livre no momento da coleta;

Parágrafo décimo segundo: garantir informações à população sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados, de acordo com os mecanismos disciplinados no Decreto n. 5.440, de 4 de maio de 2005 (artigo 12, V, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo décimo terceiro: manter mecanismos de comunicação e informação com os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva de

abastecimento de água sobre os resultados das ações de controle realizadas (artigo 12, VII, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5);

Parágrafo décimo quarto: manter articulação com as entidades de regulação quando detectadas falhas relativas à qualidade dos serviços de abastecimento de água, a fim de que sejam adotadas as providências concernentes a sua área de competência (artigo 12, IV, do anexo XX, da Portaria de Consolidação n. 5).

Cláusula 3ª - o COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da assinatura do presente TAC, comprovar a capacitação de, no mínimo, 1 (um) profissional para o desenvolvimento das diversas ações estabelecidas no VIGIAGUA para o exercício da vigilância da qualidade da água para consumo humano (inspeção sanitária e SISAGUA);

Cláusula 4ª - o COMPROMISSÁRIO compromete-se a, até 31/03/2022, comprovar a capacitação de, no mínimo, mais 1 (um) profissional para o desenvolvimento das diversas ações estabelecidas no VIGIAGUA para o exercício da vigilância da qualidade da água para consumo humano (inspeção sanitária e SISAGUA);

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 5ª - o descumprimento de quaisquer das cláusulas e parágrafos acima, implicará em multa diária ao compromissário, por obrigação/item descumprido, o valor de R\$ 100,00 (cem) reais, corrigidos pelo índice adotado pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, exigíveis enquanto perdurar a violação. O valor da multa será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), sem prejuízo de eventual responsabilização civil, penal e administrativa;

Parágrafo único: além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, e o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 6ª - o COMPROMITENTE se compromete a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comunicar oficialmente à Promotoria de Justiça o cumprimento do presente termo de ajustamento pelo Município, ao final dos prazos constantes nas cláusulas anteriores;

Cláusula 8ª - a inexecução injustificada do compromisso previsto em quaisquer das Cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público Estadual, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas judiciais cabíveis;

Cláusula 9ª - o COMPROMISSÁRIO justificará ao Ministério Público Estadual, com a documentação probatória pertinente, a eventual impossibilidade de cumprimento das cláusulas nos prazos acordados.

Cláusula 10ª - o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, V, do Ato n.395/2018/PGJ;

Cláusula 11ª - o presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Campo Belo do Sul, 15 de dezembro de 2020.

[assinado digitalmente]

GUILHERME BACK LOCKS

Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

Compromissário